

Negociação sobre Orçamento fracassa

8 OUT 1991

20-12-90

BRASÍLIA — Na segunda rodada de negociações, Governo e partidos de Oposição não conseguiram ontem acordo sobre as alterações que o Congresso deverá fazer no projeto de Orçamento Geral da União (OGU) proposto pelo Executivo. O entendimento esbarrou nas dotações para as novas obras pretendidas pelo Governo, as quais a Oposição quer ter o direito de alterar em 50%, podendo eliminar até totalmente os recursos para um projeto que considere inconveniente para a Nação.

— Não é o caso, mas se o Governo quisesse construir outra usina nuclear, não teríamos opção senão deixar que os recursos fossem aplicados numa obra de que a sociedade não precisa? — indagou o Vice-Líder do PSDB, Deputado Sérgio Machado (CE).

Ele contesta a posição do PMDB de ceder, para um acordo, ao direito de remanejar apenas 30% dos recursos de investimentos novos, mas com a possibilidade, em cada projeto, de reduzi-lo no máximo à metade.

Para evitar a disputa no voto e fazer nova tentativa de entendimento, a votação do relatório preliminar do Deputado João Alves (PFL-BA), relator da Comissão Mista de Orçamento, acabou sendo adiada para hoje de manhã. De acordo com o relatório de Alves, deputados e senadores só poderão tirar 1% dos recursos alocados pelo Governo para custeio com o fim de usá-los em investimentos. E permite também que apenas 2% dos recursos programados para os investimentos sejam remanejados de um setor para outro.



João Alves: relatório não votado

ção entre Governo e Oposição, no contexto geral sobre o poder dos parlamentares de remanejarem os recursos do Orçamento, o PMDB decidiu deixar de fora a discussão sobre os Ciacs. A idéia é pedir destaque na hora de votação, para tentar na disputa pelo voto reduzir em 80% os projetos dos Ciacs. Ainda que a ameaça de limitar os Ciacs tenha sido reduzida, pela possibilidade de o PMDB perder, o Governo não aceitou ontem maior abertura para remanejar recursos para novos investimentos.

A proposta da Oposição, que poderá ser revista pelo PMDB se houver possibilidade de acordo com o Governo, é a de que possam ser remanejados 3% dos recursos do custeio, 15% dos previstos para obras em andamento e 50% das verbas alocadas para obras novas. O Governo aceitou ontem somente os dois primeiros itens da proposta, recusando